

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Não somos um país de perdedores

O deputado Genebaldô Corrêa iniciou a sua defesa rememorando a sua atuação parlamentar, na Bahia e em Salvador. É um currículo impressionante. Demonstra ter sido ele um excelente parlamentar, presente nas mais importantes decisões tomadas ao longo dos últimos anos. Mas não respondeu ao principal: como acumulou a sua impressionante fortuna. Com isso, sublinhou a principal pergunta colocada à sociedade pela CPI do Orçamento: será o Brasil um país de perdedores, onde o povo só pode esperar dos seus mais eficientes representantes a maracutaia, a mordomia, o usufruto dos dinheiros públicos em proveito próprio?

Aspásia Camargo, presidente do Ipea, é um dínamo tamanho portátil. Compete com o ex-ministro Reis Velloso na disputa sobre quem organiza as mais instigantes e pluralistas discussões sobre a realidade brasileira e o seu futuro. Há algum tempo ela se dedica a examinar as possibilidades de criarmos um novo pacto federativo, baseado na descentralização das responsabilidades e dos recursos destinados às políticas públicas: educação, saúde, habitação, saneamento, transportes urbanos etc. O pilar principal das novas formas de administrar que estuda é a cidade, ou seja, a administração municipal.

Enquanto a CPI mostrava ao país aleijões morais, reunia-se na Fundação Getúlio Vargas um grupo de técnicos, políticos e administradores municipais para discutir experiências que deram certo, propostas de programas para aumentar a eficiência dos serviços públicos e métodos administrativos que evitem a corrupção. Mais ainda que uma contribuição para o aperfeiçoamento da administração federal, estadual e municipal, esse seminário foi uma lição de esperança.

As grandes vedetes políticas das 18 horas de debates foram Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, e o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos. Mas apresentaram-se, também, experiências exitosas, embora menos conhecidas, em lugares como São Fidélis, no

Estado do Rio, e Toledo, no Paraná.

Lerner propôs uma reciclagem dos políticos, que deveriam diminuir a ênfase nos diagnósticos e nas críticas para assumir a postura dos "fazedores". Fazer acontecer é hoje mais importante que simplesmente acusar. Acha ele que as elites sofrem da doença de manipular a miséria. Os revolucionários de palanque cultivam a estética do abandono e da generalização das palavras de ordem. Por exemplo: falam de reforma agrária e de melhoria das condições de vida do povo, sem explicar como essas coisas podem se tornar concretas. Há, ainda, a rejeição das propostas simples. "A cidade não é tão complexa como querem os vendedores de complexidades," diz ele. "O essencial é propor um cenário concreto, com um cronograma, com ações sistêmicas, que possa ser assumido por todos para ser executado. E ser executado com pressa. O fundamental é iniciar as mudanças."

Jaime Lerner acha que devemos começar a pensar no país daqui para a frente. "Economia é fé, não é ciência," diz. "Eu me recuso a pensar no Brasil como um país de perdedores. O futuro só depende de acreditarmos que podemos construí-lo."

Jarbas Vasconcelos seguiu no mesmo rumo das soluções simples. Contou das dificuldades que teve para obter apoio do BID ao seu programa de esgotos condominiais, construído em parceria com a população pobre — e apontado como exemplar pelo próprio banco — mas que se enquadra dificilmente nas regras dos tecnocratas. Fez uma catilinária contra a estabilidade do funcionalismo, que o trabalhador comum não tem, e, sobretudo, contra a incorporação de vantagens aos salários de altos funcionários. Daqui a dois anos, diz ele, 318 ex-secretários da prefeitura estarão ganhando o mesmo que os 11 secretários em atividade. Esse tipo de coisa inviabilizará qualquer administração.

Para Jarbas, a crise brasileira não é só financeira e administrativa. É, sobretudo política. O que nos remete de volta à CPI e à revisão.